



PREGÃO ELETRÔNICO Nº029/2026

Processo Digital nº 28.723/2026

OBJETO:

Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos semaforicos, com fornecimento de material e mão de obra de instalação.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

PLATAFORMA DE DISPUTA: www.portaldecompraspublicas.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço do Lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	8
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO..	10
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	12
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	13
6. DA FASE DE JULGAMENTO	17
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
8. DOS RECURSOS.....	22
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	23
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
11. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	25
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	27



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

(Processo Administrativo nº 28.723/2026)

O MUNICÍPIO DE GUAÍBA, RS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº. 88.811.922/0001-20, sito à Av. Nestor de Moura Jardim, nº 111, Guaíba, RS, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo **MENOR PREÇO DO LOTE, MODO DE DISPUTA ABERTO**, destinada ao recebimento de proposta para **Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos semafóricos, com fornecimento de material e mão de obra, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência**. As especificações detalhadas encontram-se no ANEXO I - Termo de Referência, que acompanha este Edital. Regem a presente licitação, a Lei Federal nº.14.133/2021, o Decreto Municipal nº 03/2023; o Decreto Municipal nº. 154/2020, a Lei Municipal nº. 3611/2017, Decretos Municipais nº 57/2021 e 025/2023, bem como a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Esta licitação será conduzida pelo Pregoeiro Oficial e equipe de apoio designado pela Portaria Municipal nº 1405/2026.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos semafóricos, com fornecimento de material e mão de obra**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Os valores de referência máximos estimados por item seguem informados abaixo:

2.				LOTE ÚNICO		
Item	Cód.	Qtde.	Unid.	Produto	Preço Unit.	Preço Total
1	18720	20	UN	Kit de aterramento para controlador para controlador semafórico	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
2	18709	72	UN	Grupo focal principal a LED tipo "I" 3x200mm em alumínio com suporte e anteparo, conforme NBR 15889/2019.	R\$ 3.500,00	R\$ 252.000,00
3	18710	16	UN	Grupo focal principal a LED em fibra de vidro ou alumínio com contador regressivo de tempo, conforme NBR 15889/2019.	R\$ 6.120,00	R\$ 97.920,00
4	18711	76	UN	Grupo focal Repetidor com seta, com chave seletora em alumínio, conforme NBR 15889/2019.	R\$ 2.220,00	R\$ 168.720,00
5	18712	76	UN	Grupo focal Repetidor a LED tipo I 3x200mm, em alumínio, conforme NBR 15889/2019.	R\$ 2.200,00	R\$ 167.200,00



				Grupo Focal em LED tipo "I" 2x200mm para Pedestre com Contagem Regressiva de Tempo, NBR 15889/2019.		
6	18713	76	UN		R\$ 1.980,00	R\$ 150.480,00
7	13380	24	UN	BOTOEIRA SONORA RESOLUÇÃO Nº 704 BOTOEIRA SONORA RESOLUÇÃO Nº 704	R\$ 460,00	R\$ 11.040,00
8	18714	30	UN	Coluna extensora 88,9 mm x 3000mm	R\$ 1.500,00	R\$ 45.000,00
9	18715	60	UN	Coluna simples pedestre 88,9 mm x 6000mm galvanizada a fogo	R\$ 1.700,00	R\$ 102.000,00
10	18716	40	UN	Coluna simples 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo	R\$ 3.015,00	R\$ 120.600,00
11	18717	20	UN	Coluna dupla 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo	R\$ 4.500,00	R\$ 90.000,00
12	18718	40	UN	Braço projetado 101,6mm x 4700mm galvanizada a fogo	R\$ 2.500,00	R\$ 100.000,00
13	18721	15000	METRO	Cabo PP 4 x 1,5 mm, para ligação do grupo focal principal	R\$ 12,60	R\$ 189.000,00
14	18722	5000	METRO	Cabo PP 2 x 2,5 mm, para ligação da controladora	R\$ 11,84	R\$ 59.200,00
15	18724	5000	METRO	Cabo PP 2 x 1,5 mm para ligação da botoeira sonora	R\$ 11,20	R\$ 56.000,00
16	18723	5000	METRO	Cabo PP 3 x 1,5 mm para ligação do grupo focal pedestre	R\$ 12,10	R\$ 60.500,00
17	18725	150	UN	Armação rex com roldana	R\$ 99,40	R\$ 14.910,00
18	18728	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Amarelo Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$ 402,80	R\$ 8.056,00
19	18729	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Verde Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$ 408,00	R\$ 8.160,00
20	18730	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Vermelho Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$ 402,80	R\$ 8.056,00
21	18731	20	UN	Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Vermelho E Cronômetro Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$ 680,00	R\$ 13.600,00
22	18732	20	UN	Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$ 360,00	R\$ 7.200,00
23	18733	72	UN	Suporte "H" Para O Grupo Focal Principal Para Montagem No Suporte Basculante.	R\$ 200,00	R\$ 14.400,00
24	18726	60	UN	Abraçadeira suporte basculante 101,6 mm	R\$ 283,30	R\$ 16.998,00
25	18727	60	UN	Abraçadeira/Suporte Simples 114,3 mm, Para Fixação De Grupo Focal Em Coluna	R\$ 219,60	R\$ 13.176,00



26	18705	20	SER	Instalação de Kit de aterramento para controlador semafórico <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
27	18706	72	SER	Instalação de Grupo focal principal a LED tipo "I" 3x200mm em alumínio com suporte e anteparo, conforme NBR 15889/2019. <p>serviço de instalação</p>	R\$ 528,40	R\$ 38.044,80
28	18707	16	SER	Instalação de Grupo focal principal a LED em fibra de vidro ou alumínio com contador regressivo de tempo, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>	R\$ 528,40	R\$ 8.454,40
29	18708	76	SER	Instalação de Grupo focal Repetidor com seta, com chave seletora em alumínio, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>	R\$ 442,56	R\$ 33.634,56
30	18684	76	SER	Instalação de Grupo focal Repetidor a LED tipo I 3x200mm, em alumínio, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>	R\$ 442,56	R\$ 33.634,56
31	18685	76	SER	Instalação de Grupo Focal em LED tipo "I" 2x200mm para Pedestre com Contagem Regressiva de Tempo, NBR 15889/2019. <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 442,56	R\$ 33.634,56
32	18686	24	SER	Instalação de Botoeira sonora Resolução nº 704 <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 192,00	R\$ 4.608,00
33	18687	30	SER	Instalação de Coluna extensora 88,9 mm x 3000mm <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 500,00	R\$ 15.000,00
34	18688	60	SER	Instalação de Coluna simples pedestre 88,9 mm x 6000mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 600,00	R\$ 36.000,00
35	18689	40	SER	Instalação de Coluna simples 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo. <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 690,00	R\$ 27.600,00
36	18690	20	SER	Instalação de Coluna dupla 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 900,00	R\$ 18.000,00
				Instalação de Braço projetado 101,6mm x 4700mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>		



37	18691	40	SER		R\$ 590,00	R\$ 23.600,00
38	18692	15000	SER	Instalação de Cabo PP 4 x 1,5 mm, para ligação do grupo focal principal <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 3,28	R\$ 49.200,00
39	18693	5000	SER	Instalação de Cabo PP 2 x 2,5 mm, para ligação da controladora <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 3,28	R\$ 16.400,00
40	18694	5000	SER	Instalação de Cabo PP 2 x 1,5 mm para ligação da botoeira sonora <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 3,28	R\$ 16.400,00
41	18695	5000	SER	Instalação de Cabo PP 3 x 1,5 mm para ligação do grupo focal pedestre <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 3,28	R\$ 16.400,00
42	18696	150	SER	Instalação de Armação rex com roldana <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 34,60	R\$ 5.190,00
43	18697	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Amarelo Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de instalação</p>	R\$ 64,00	R\$ 1.280,00



44	18698	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Verde Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 64,00	R\$ 1.280,00
45	18699	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Vermelho Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT. <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 64,00	R\$ 1.280,00
46	18700	20	SER	Instalação de Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Vermelho E Cronômetro Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 64,00	R\$ 1.280,00
47	18701	20	SER	Instalação de Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 64,00	R\$ 1.280,00
48	18702	72	SER	Instalação de Suporte "H "Para O Grupo Focal Principal Para Montagem No Suporte Basculante. <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 50,00	R\$ 3.600,00
49	18703	60	SER	Instalação De Abraçadeira suporte basculante 101,6 mm <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 50,00	R\$ 3.000,00
50	18704	100	SER	Instalação de Abraçadeira/Suporte Simples 114,3 mm, Para Fixação de Grupo Focal em Coluna <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 43,00	R\$ 4.300,00
VALOR TOTAL DO LOTE						RS 2.176.316,88



- 2.1. As quantidades e valores acima indicados são meramente estimativos, podendo oscilar conforme demanda, não obrigando o Município a realizar gastos no montante acima referenciado. A não concretização das circunstâncias que orientam a referida estimativa não constitui responsabilidade do Município, por estarem absolutamente fora do controle desta Unidade.
- 2.2. As empresas licitantes deverão possuir condições tais que garantam a responsabilidade, presteza, segurança e eficácia da execução do objeto, de modo a obter pleno resultado na realização dos serviços mencionados neste instrumento.
- 2.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do lote**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas interessadas que estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do **site www.portaldecompraspublicas.com.br**
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
 - 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,



- acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
 - 3.9. Não será admitida a participação de empresas que se encontrarem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.
 - 3.10. Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.
 - 3.11. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital, bem como o enquadramento da Empresa.
 - 3.12. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.
 - 3.13. É vedada a participação de empresas:
 - 3.13.1. Declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;
 - 3.13.2. Sob processo de falência ou concordata;
 - 3.14. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



- 3.15. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.16. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.17. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.18. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.19. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
 - 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 2.16 ou 2.18 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 2.23 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. valor (mensal, unitário) do item;
 - 5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



- 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor [anual] / [total] / [unitário] do [item] / [grupo].
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.*
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um) real**.
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado – indicado no preâmbulo.



- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



- 6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



- 6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.22.2.2. empresas brasileiras;
- 6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



- 6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
 - 6.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta à certidão consolidada disponível no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> e <https://tcers.tc.br/impedidos-de-contratar-com-o-poder-publico/> ou de outras consultas idôneas à verificação de penalidades impostas.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 2.18 deste edital.



- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no **Decreto Municipal nº 154/2020**.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade da proposta, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



- 7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta à certidão consolidada disponível no site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> e



<https://tcers.tc.br/impedidos-de-contratar-com-o-poder-publico/> ou de outras consultas idôneas à verificação de penalidades impostas.

- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 2.18 deste edital.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no **Decreto Municipal nº 154/2020**.
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 8.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



- 8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



- 8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.16.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e sítio oficial <https://guaiba.atende.net/cidadao/pagina/editais-de-licitacoes>.



10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 10.1.6. fraudar a licitação
 - 10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 10.1.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 10.1.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência;
 - 10.2.2. multa;
 - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **60 (sessenta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 10.5. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.6. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 10.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



- 10.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica e exclusivamente pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da respectiva fatura corretamente preenchida, pelo departamento competente da Secretaria Municipal da Fazenda. Se o término deste prazo coincidir com dia em que não houver expediente na Prefeitura, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato.
- 12.2. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 12.3. Deverá constar na nota fiscal, os dados bancários para pagamento (banco, agência, nº. da conta), bem como o número do empenho correspondente.
- 12.4. O pagamento será efetuado pela Tesouraria Municipal, em horário de expediente. Caso o dia de pagamento seja feriado, o mesmo será transferido para o primeiro dia útil seguinte.
- 12.5. As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail da secretaria municipal responsável pelo pedido.
- 12.6. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação:



<p>Código Reduzido: 1028 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 33390302600000000000 - Material eletrico e eletronico</p>
<p>Código Reduzido: 1028 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 33390302500000000000 - Material para manutencao de bens moveis</p>
<p>Código Reduzido: 1032 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 34490523400000000000 - Maquinas, utensilios e equipamentos diversos</p>
<p>Código Reduzido: 1030 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 33390391700000000000 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos</p>
<p>Código Reduzido: 1040 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 33390302500000000000 - Material para manutencao de bens moveis</p>
<p>Código Reduzido: 1040 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 33390302600000000000 - Material eletrico e eletronico</p>
<p>Código Reduzido: 1044 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 34490523400000000000 - Maquinas, utensilios e equipamentos diversos</p>
<p>Código Reduzido: 1042 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 33390391700000000000 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos</p>

13. 13. DO CADASTRO DE RESERVA



13.1. Será formado cadastro de reserva de licitante devidamente classificado para a etapa de lances, sem preterição da ordem classificatória e com o compromisso de cumprimento do preço do primeiro colocado no caso de eventual convocação.

13.2. Para formação do cadastro reserva, poderão ser registrados tantos licitantes quanto forem interessados, ao preço da primeira colocada, na sequência de classificação do certame.

13.3. Após homologada a licitação, será aberto prazo de 24 (vinte e quatro) horas, via sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas, para manifestação dos interessados em terem seus preços registrados e constarem no cadastro reserva.

13.4. Para ter o preço registrado para formação do cadastro reserva, as licitantes deverão reduzir seus preços ao valor da proposta vencedora do item correspondente.

13.5. A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva será verificada quando houver necessidade de contratação da licitante remanescente.

13.6. O sistema eletrônico do Portal de Compras não aceitará desistência dos lances ofertados.

13.7. Será incluído na Ata de Registro de Preços, sob forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os produtos com preços iguais aos do licitante vencedor na

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no www.portaldecompraspublicas.com.br e sítio oficial <https://guaiba.atende.net/cidadao/pagina/editais-de-licitacoes>.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras Públicas-
www.portaldecompraspublicas.com.br e endereço eletrônico
<https://guaiba.atende.net/cidadao/pagina/editais-de-licitacoes>. Os avisos e extratos relacionados à licitação serão publicados no Diário Oficial dos Municípios FAMURS
<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/pesquisar> por força da Lei Municipal nº 4023/2021.
- 14.11. Qualquer divergência entre a especificação do objeto constante do sistema Portal de Compras Públicas e a descrição deste Edital, prevalecerá a discriminada neste Edital.
- 14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I - Termo de Referência
ANEXO II – FOLHA DE DADOS DE PROPOSTA/HABILITAÇÃO
ANEXO III- MINUTA CONTRATO
ANEXO IV- MINUTA PROPOSTA
ANEXO V- MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Guaíba/RS, 02 de julho de 2026.

Magda Carboni
Secretária Municipal de Licitações e Contratos
Prefeitura Municipal de Guaíba



Termo de Referência – Registro de Preços para Equipamentos Semafóricos com Instalação

1. Do objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a **formação de registro de preços** para a futura contratação de empresa especializada em **fornecimento de equipamentos semafóricos completos**, incluindo colunas, braços projetados, grupos focais veiculares e de pedestres, módulos de LED, cabos, botoeiras e acessórios, com **fornecimento de materiais e mão de obra de instalação**. A finalidade é modernizar e ampliar a rede semafórica do Município de Guaíba/RS, garantindo a padronização dos equipamentos e a execução integrada dos serviços. A contratação será executada mediante **pregão eletrônico** com critério de julgamento do **menor preço**, em **lote único**, nos termos do art. 18, § 1º, VII, e art. 47 da Lei nº 14.133/2021, permitindo ao Município adquirir os itens conforme a necessidade.

2. Justificativa da contratação

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) identificou que a rede semafórica de Guaíba/RS apresenta falhas em diversos cruzamentos. Os equipamentos são antigos, sem manutenção ou com tecnologia obsoleta, o que agrava o tempo de espera nos cruzamentos e compromete a segurança de motoristas, ciclistas e pedestres. A expansão urbana e o aumento do número de veículos geraram novas interseções sem infraestrutura semafórica, resultando em congestionamentos e dificuldades de travessia para pessoas com mobilidade reduzida.

A comunidade local e a Secretaria de Mobilidade Urbana demandam a **modernização e ampliação** da rede semafórica para reduzir acidentes, melhorar a fluidez do tráfego e cumprir o Código de Trânsito Brasileiro. A Prefeitura Municipal não dispõe de estoque de equipamentos nem de equipe especializada para fabricar, fornecer ou instalar semáforos; investir em materiais e mão de obra internos seria pouco eficiente frente à necessidade imediata de substituição de equipamentos e expansão da rede. Por isso, o registro de preços para empresa especializada permite adquirir equipamentos conforme a demanda, padronizar modelos, obter manutenção preventiva e corretiva e assegurar prazo de instalação reduzido, com economia de escala e transparência.

A modernização propiciará a utilização de **módulos de LED**, que consomem apenas 8–25 W por cor, contra 67–150 W das lâmpadas convencionais, gerando economia de energia e redução de custos operacionais. A vida útil dos LEDs é significativamente maior, diminuindo as despesas com manutenção. A contratação também contribuirá para reduzir congestionamentos e emissões, melhorar a segurança e a acessibilidade, pois os novos equipamentos atenderão às normas ABNT NBR 15889/2019, NBR 7995/2019, NBR 5410 e à Resolução CONTRAN nº 704/2017.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Guaíba





3. Fundamentação legal e alinhamento ao planejamento

A contratação é fundamentada na **Lei Federal nº 14.133/2021**, especialmente quanto à elaboração do Estudo Técnico Preliminar e à modalidade de pregão para bens e serviços comuns. O art. 18 da Lei estabelece a obrigatoriedade de estudo técnico preliminar para demonstrar a necessidade da contratação, estimativa de valores e descrição da solução. O art. 47, II, da mesma lei determina o parcelamento do objeto sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso; contudo, o ETP concluiu que o sistema semafórico é um **sistema único e integrado**, e que a divisão em contratos distintos comprometeria a compatibilidade e a economia de escala. Assim, optou-se por lote único, com discriminação de itens na planilha de preços, para ampliar a competição e manter a responsabilidade técnica sob um único fornecedor.

A adoção de lote único justifica-se pela necessidade de integração técnica entre os equipamentos, padronização tecnológica, garantia de compatibilidade entre os componentes e centralização da responsabilidade técnica, evitando falhas operacionais decorrentes de múltiplos fornecedores. Tal medida também proporciona ganho de escala, maior eficiência na execução e simplificação da gestão contratual, atendendo ao princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A contratação está prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA)** do Município de Guaíba para o exercício de 2026, sendo identificada como prioridade de segurança viária e mobilidade. Essa previsão assegura compatibilidade com o planejamento institucional e disponibilidade orçamentária, em conformidade com o art. 18, § 1º, II, da Lei 14.133/2021.

4. Especificações técnicas e requisitos mínimos

Conforme o ETP, os equipamentos e serviços a serem fornecidos deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações:

- **Grupos focais veiculares e módulos LED:** fornecimento de grupos focais 3×200 mm (cores vermelha, amarela e verde) em alumínio ou fibra de vidro. Os módulos devem utilizar tecnologia AlInGaP (vermelho e amarelo) e InGaN (verde), com aproximadamente 210 led's por cor potência máxima de 15 W por cor e fator de potência $\geq 0,92$, com proteção IP55 e lentes incolores com proteção UV.
- **Grupos focais para pedestres:** caixas quadradas de 250 mm × 250 mm com pictogramas de "boneco parado" e "boneco andando", com aproximadamente 70 led's, contagem regressiva numerica integrada e potência máxima de 15 W, aproximadamente 110 led's, atendendo à ABNT NBR 15889.
- **Grupo Focal Veicular Principal com Contador:** Semáforo com contagem regressiva na cor verde e vermelha, composto de aproximadamente 420 led's verde e 420 led's vermelho dois dígitos e placa interface incorporada sendo esta localizada junto a placa de DEZENA, a comunicação entre as placas deverão ser por cabos flexíveis 1 mm com conector macho e fêmea do tipo Plug-in, necessitando de fase de alimentação independente para total segurança do sistema, cada dígito de dezena e unidade deverão ter aproximadamente 220 mm de largura e 400 mm de altura, ou em modelo similar com variação aproximada de +/- 10%, sendo que cada segmento possui largura aproximada de 40 mm, os led's deverão ser polarizados independentes para no caso de queima de algum led não comprometa o sistema de funcionamento de nenhum outro, alimentação de 127/240v, montado em gabinete compacto de alta resistência em fibra de vidro, medindo aproximadamente 1.200 x 900 x 230 mm ou em modelo similar com variação aproximada de +/- 10%, pintado na cor preto fosco, com tarjas refletivas em sua



extremidade, tampa para o contador medindo aproximadamente 580 mm X 570 mm, ou em modelo similar com variação aproximada de + - 10%.

- **Estrutura de sustentação:** colunas simples e duplas galvanizadas, braços projetados e suportes conforme dimensões do projeto; cabos elétricos tipo PP (4x1,5 mm², 3x1,5 mm² e 2x2,5 mm²) com isolamento antichama, atendendo à NBR 5410; kits de aterramento e no-breaks para operação durante falta de energia.

- **Acessibilidade e sustentabilidade:** botoeiras sonoras e vibrotáteis em conformidade com a Resolução CONTRAN nº 704/2017 e a NBR 9050, além de dispositivos de contagem regressiva para pedestres. Devem ser priorizados materiais sustentáveis, eficiência energética e logística reversa para descarte de componentes.

- **Execução e garantia:** a contratada será responsável por todas as etapas de instalação, incluindo fundações, montagem, cabeamento, programação inicial dos ciclos e testes de funcionamento, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e instalação, contados do recebimento definitivo. As equipes deverão ser compostas por técnico em eletrônica, auxiliar de eletricitista e operador de caminhão-munck.

5. Rede semafórica instalada atualmente

O Município de Guaíba/RS conta hoje com **16 cruzamentos semaforizados**. A tabela abaixo apresenta a localização de cada cruzamento e o tipo de controlador atualmente instalado, servindo de referência para a modernização pretendida. Esta relação é fornecida pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Infraestrutura de Trânsito e demonstra a necessidade de padronizar e substituir controladores antigos por modelos de maior eficiência.

Nº	Localização	Equipamento existente
1	Rua Vinte de Setembro x Rua Gaspar Martins	Digicon FCA – 6 fases
2	Rua Vinte de Setembro x Rua São José	Digicon FCA – 6 fases
3	Rua Vinte de Setembro x Rua Bento Gonçalves	Digicon FCA – 6 fases
4	Rua Vinte de Setembro x Rua Doutor Montaury	Digicon FCA – 6 fases
5	Av. Ismael Chaves Barcelos x Av. Perimetral	Digicon CD 200 Plugin – 8 fases
6	Av. Ismael Chaves Barcelos x Av. Vitor Scalco	Digicon FCA – 6 fases
7	Rua Sete de Setembro x Rua São José	Digicon FCA – 6 fases
8	Rua São José x Rua Santa Catarina	Digicon FCA – 6 fases
9	Rua Santa Catarina x Rua Sergipe	Digicon FCA – 6 fases
10	Rua Olavo Lessa x Av. Castelo Branco	Digicon FCA – 6 fases
11	Av. Manoel Francisco das Neves x Rua Menotti Bianchi	Digicon FCA – 6 fases
12	Av. Adão Foques x Rua Luiz Andriotti	Digicon FCA – 6 fases
13	Av. Adão Foques x Rua São Judas Tadeu	Digicon FCA – 6 fases
14	Av. Adão Foques x Rua João Goulart	Digicon FCA – 6 fases
15	Av. Adão Foques x Rua Maurício Lessa	Digicon FCA – 6 fases



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Guaíba





16	Av. Evaristo Lopes x Rua Pantaleão Teles	Digicon FCA – 6 fases
----	--	-----------------------

6. Descrição geral dos serviços

Os serviços compreendem o fornecimento e a instalação de todos os componentes da rede semafórica, incluindo grupos focais, módulos LED, colunas, braços, cabos, botoeiras e acessórios, bem como a execução das obras civis e elétricas necessárias à sua implantação. A contratada deverá programar os controladores, realizar testes de funcionamento e assegurar que o sistema opere de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

Os serviços compreendem a execução de obras civis, infraestrutura elétrica, desmontagem e montagem eletromecânica de dispositivos semafóricos, devendo ser realizados em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pelo CONTRAN, ABNT e demais legislações aplicáveis.

6.1. Serviços de Desinstalação de Equipamentos Existentes

A contratada deverá realizar a desinstalação completa dos equipamentos semafóricos existentes nos locais indicados pela fiscalização, compreendendo:

- Desmontagem de grupos focais veiculares e de pedestres;
- Retirada de colunas, braços projetados, suportes e demais estruturas metálicas;
- Remoção de cabeamento aéreo e subterrâneo, quando determinado pela fiscalização;
- Desinstalação de controladores, botoeiras, módulos e demais componentes elétricos;
- Retirada de bases de concreto, quando necessário, ou adequação para reaproveitamento;
- Transporte, acondicionamento e entrega dos materiais retirados em local indicado pela Administração;
- Destinação adequada de materiais inservíveis, conforme legislação ambiental vigente;
- Garantia de segurança viária durante todo o processo, com sinalização provisória adequada.

6.2. Serviços de Infraestrutura Civil e Elétrica

A contratada deverá executar todas as atividades necessárias à implantação da infraestrutura para funcionamento dos sistemas semafóricos, incluindo:

- Execução de fundações para implantação de colunas semafóricas, respeitando distância mínima de **0,60 m do meio-fio da calçada**, com profundidade mínima de **1,20 m**, utilizando concreto com traço **4:1**, devidamente compactado;
- Respeito ao prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas para cura do concreto**, antes da instalação dos demais componentes;
- Verificação técnica da **visibilidade ideal** dos equipamentos, garantindo segurança viária e conformidade com normas de sinalização;
- Implantação de colunas simples, duplas, extensores e colunas para pedestres, conforme especificações técnicas e quantitativos previstos;



- Instalação de braços projetados, assegurando **vão livre mínimo de 5,50 m sobre a via;**
- Execução de rede elétrica aérea, com passagem de cabos e hasteamento em altura mínima de **5,50 m da via;**
- Execução de rede elétrica subterrânea com utilização de dutos, eletrodutos e caixas de passagem, incluindo:
 - Abertura de valas pelo método destrutivo;
 - Recomposição do pavimento com **massa asfáltica a frio;**
- Execução de sistemas de aterramento elétrico;
- Fixações e amarrações com cabos flexíveis ou arame trefilado.

6.3. Serviços de Instalação de Equipamentos Semafóricos

A contratada será responsável pela instalação completa dos dispositivos semafóricos, incluindo:

- Montagem e instalação de **grupos focais veiculares (principais e repetidores) e grupos focais de pedestres;**
- Instalação de grupos focais principais com altura mínima de **4,70 m em relação à via;**
- Instalação de grupos focais repetidores com altura mínima de **2,20 m em relação à calçada;**
- Instalação de grupos focais para pedestres com altura mínima de **2,00 m da calçada;**
- Instalação de grupos com temporizadores numéricos e módulos luminosos;
- Instalação de botoeiras sonoras;
- Instalação de suportes, abraçadeiras e armações tipo "rex";
- Instalação de cabeamento elétrico (cabos PP de diversas bitolas);
- Instalação de kits de aterramento.

6.4. Condições Gerais de Execução

- Todos os serviços deverão ser executados por equipe técnica qualificada, com uso de EPIs e observância das normas de segurança;
- A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários;
- Os serviços deverão minimizar impactos ao trânsito, podendo ser exigida execução em horários alternativos;



- A contratada será responsável pela sinalização provisória durante a execução;
- Deverá ser garantida a integridade dos equipamentos reaproveitáveis durante a desinstalação;
- Todos os serviços deverão assegurar qualidade, durabilidade e pleno funcionamento do sistema semafórico.

6.5. Composição dos Serviços

Os serviços contemplam os itens constantes na planilha de composição de custos anexa ao processo, incluindo instalação, desinstalação e infraestrutura associada aos equipamentos semafóricos, conforme quantitativos e valores estimados constantes no documento consolidado

6.6. Condições de execução do objeto

As seguintes condições deverão ser observadas pela empresa contratada durante a execução dos serviços:

- I. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** – Os serviços contratados deverão ser registrados por meio de ART junto ao conselho profissional competente (CREA, CFT ou CAU) em até 30 (trinta) dias corridos a contar do início da execução do contrato. As vias devidamente pagas deverão ser encaminhadas ao fiscal do contrato para assinatura e arquivamento.
- II. Cuidados no trânsito e comunicação prévia** – Durante a execução dos serviços em via pública, é obrigação da contratada zelar pela segurança do trânsito. Em caso de interdição parcial ou total da via, a empresa deverá comunicar previamente à Secretaria de Mobilidade Urbana para que sejam providenciados desvios e sinalização adequada, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- III. Uso de equipamentos de proteção individual (EPI)** – Os profissionais envolvidos na instalação deverão utilizar EPIs em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-6, com especial atenção à proteção dos membros superiores e inferiores.
- IV. Cumprimento das normas de saúde e segurança** – A execução deverá observar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho pertinentes, em especial as NR-6, NR-10, NR-11, NR-12, NR-18, NR-21 e NR-35.
- V. Medidas de proteção coletiva** – A contratada deverá adotar medidas de proteção coletiva contra acidentes, por meio de sinalização apropriada do trecho em obras com uso de cones, cavaletes, placas de advertência e iluminação adequada quando os serviços forem realizados no período noturno.
- VI. Sinalização de bloqueio e advertência** – A sinalização utilizada para bloqueio do trecho e advertência aos usuários deverá atender às exigências do CTB e aos Manuais de Sinalização do DENATRAN, especialmente no que se refere à quantidade, dimensões, padrões e disposição na pista.
- VII. Obrigações operacionais da contratada** – A empresa deverá executar o serviço de sinalização semafórica e a implantação de novos equipamentos com cabeamento aéreo empregando caminhão-munck e ferramentais adequados. A equipe de trabalho deverá ser composta por, no mínimo, um técnico em eletrônica, um auxiliar de eletricista e um motorista habilitado para operar guindaste.

6.7 Requisitos de habilitação técnica da empresa

No processo licitatório será exigida comprovação de que a empresa licitante dispõe de **responsável técnico** habilitado para os serviços de mão de obra previstos neste termo. Para atender a essa exigência, a empresa poderá indicar **um** dos profissionais abaixo:



I. **Engenheiro** elétrico, eletrônico ou civil, devidamente registrado no conselho regional de engenharia e arquitetura (CREA/CAU) do estado de origem.

II. **Técnico** em eletrotécnica ou eletrônica.

Além de comprovar a formação do responsável técnico, a empresa deverá:

- Apresentar registro ativo no CREA/CAU do estado de origem;
- Apresentar, quando for o caso, certidões de regularidade emitidas pelo Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT) ou pelo conselho profissional competente.

7. Quantitativos estimados

Os quantitativos estimados foram definidos com base no Laudo Técnico para Manutenção e Implantação de Sinalização Semafórica de Guaíba e em consultas a bancos de preços. A tabela a seguir resume os principais itens de materiais a serem registrados, com seus quantitativos estimados:

LOTE ÚNICO						
Item	Cód.	Qtde.	Unid.	Produto	Preço Unit.	Preço Total
1	18720	20	UN	Kit de aterramento para controlador para controlador semafórico	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
2	18709	72	UN	Grupo focal principal a LED tipo "I" 3x200mm em alumínio com suporte e anteparo, conforme NBR 15889/2019.	R\$ 3.500,00	R\$ 252.000,00
3	18710	16	UN	Grupo focal principal a LED em fibra de vidro com contador regressivo de tempo, conforme NBR 15889/2019.	R\$ 6.120,00	R\$ 97.920,00
4	18711	76	UN	Grupo focal Repetidor com seta, com chave seletora em alumínio, conforme NBR 15889/2019.	R\$ 2.220,00	R\$ 168.720,00
5	18712	76	UN	Grupo focal Repetidor a LED tipo I 3x200mm, em alumínio, conforme NBR 15889/2019.	R\$ 2.200,00	R\$ 167.200,00



6	18713	76	UN	Grupo Focal em LED tipo "I" 2x200mm para Pedestre com Contagem Regressiva numérica, NBR 15889/2019.	R\$ 1.980,00	R\$ 150.480,00
7	13380	24	UN	BOTOEIRA SONORA RESOLUÇÃO Nº 704 BOTOEIRA SONORA RESOLUÇÃO Nº 704	R\$ 460,00	R\$ 11.040,00
8	18714	30	UN	Coluna extensora 88,9 mm x 3000mm	R\$ 1.500,00	R\$ 45.000,00
9	18715	60	UN	Coluna simples pedestre 88,9 mm x 6000mm galvanizada a fogo	R\$ 1.700,00	R\$ 102.000,00
10	18716	40	UN	Coluna simples 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo	R\$ 3.015,00	R\$ 120.600,00
11	18717	20	UN	Coluna dupla 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo	R\$ 4.500,00	R\$ 90.000,00
12	18718	40	UN	Braço projetado 101,6mm x 4700mm galvanizada a fogo	R\$ 2.500,00	R\$ 100.000,00
13	18721	15000	METRO	Cabo PP 4 x 1,5 mm, para ligação do grupo focal principal	R\$ 12,60	R\$ 189.000,00
14	18722	5000	METRO	Cabo PP 2 x 2,5 mm, para ligação da controladora	R\$ 11,84	R\$ 59.200,00
15	18724	5000	METRO	Cabo PP 2 x 1,5 mm para ligação da botoeira sonora	R\$ 11,20	R\$ 56.000,00
16	18723	5000	METRO	Cabo PP 3 x 1,5 mm para ligação do grupo focal pedestre	R\$ 12,10	R\$ 60.500,00
17	18725	150	UN	Armação rex com roldana	R\$ 99,40	R\$ 14.910,00
18	18728	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Amarelo Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$ 402,80	R\$ 8.056,00



19	18729	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Verde Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$ 408,00	R\$ 8.160,00
20	18730	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Vermelho Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$ 402,80	R\$ 8.056,00
21	18731	20	UN	Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Vermelho e com contagem regressiva numérica Verde LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$ 680,00	R\$ 13.600,00
22	18732	20	UN	Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$ 360,00	R\$ 7.200,00
23	18733	72	UN	Suporte "H" Para O Grupo Focal Principal Para Montagem No Suporte Basculante.	R\$ 200,00	R\$ 14.400,00
24	18726	60	UN	Abraçadeira suporte basculante 101,6 mm	R\$ 283,30	R\$ 16.998,00
25	18727	60	UN	Abraçadeira/Suporte Simples 114,3 mm, Para Fixação De Grupo Focal Em Coluna	R\$ 219,60	R\$ 13.176,00
26	18705	20	SER	Instalação de Kit de aterramento para controlador semafórico <p>serviço de instalação</p>	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
27	18706	72	SER	Instalação de Grupo focal principal a LED tipo "I" 3x200mm em alumínio com suporte e anteparo, conforme NBR 15889/2019. <p>serviço de instalação</p>	R\$ 528,40	R\$ 38.044,80



28	18707	16	SER	Instalação de Grupo focal principal a LED em fibra de vidro ou alumínio com contador regressivo de tempo, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>	R\$ 528,40	R\$ 8.454,40
29	18708	76	SER	Instalação de Grupo focal Repetidor com seta, com chave seletora em alumínio, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>	R\$ 442,56	R\$ 33.634,56
30	18684	76	SER	Instalação de Grupo focal Repetidor a LED tipo I 3x200mm, em alumínio, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>	R\$ 442,56	R\$ 33.634,56
31	18685	76	SER	Instalação de Grupo Focal em LED tipo "I" 2x200mm para Pedestre com Contagem Regressiva de Tempo, NBR 15889/2019. <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 442,56	R\$ 33.634,56
32	18686	24	SER	Instalação de Botoeira sonora Resolução nº 704 <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 192,00	R\$ 4.608,00
33	18687	30	SER	Instalação de Coluna extensora 88,9 mm x 3000mm <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 500,00	R\$ 15.000,00
34	18688	60	SER	Instalação de Coluna simples pedestre 88,9 mm x 6000mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>	R\$ 600,00	R\$ 36.000,00
35	18689	40	SER		R\$ 690,00	R\$ 27.600,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Guaíba





				Instalação de Coluna simples 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo. <p>serviço de Instalação</p>			
36	18690	20	SER	Instalação de Coluna dupla 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>	R\$	900,00	R\$ 18.000,00
37	18691	40	SER	Instalação de Braço projetado 101,6mm x 4700mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>	R\$	590,00	R\$ 23.600,00
38	18692	15000	SER	Instalação de Cabo PP 4 x 1,5 mm, para ligação do grupo focal principal <p>serviço de Instalação</p>	R\$	3,28	R\$ 49.200,00
39	18693	5000	SER	Instalação de Cabo PP 2 x 2,5 mm, para ligação da controladora <p>serviço de Instalação</p>	R\$	3,28	R\$ 16.400,00
40	18694	5000	SER	Instalação de Cabo PP 2 x 1,5 mm para ligação da botoeira sonora <p>serviço de Instalação</p>	R\$	3,28	R\$ 16.400,00
41	18695	5000	SER	Instalação de Cabo PP 3 x 1,5 mm para ligação do grupo focal pedestre <p>serviço de Instalação</p>	R\$	3,28	R\$ 16.400,00
42	18696	150	SER	Instalação de Armação rex com roldana <p>serviço de Instalação</p>	R\$	34,60	R\$ 5.190,00
43	18697	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Amarelo Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de instalação</p>	R\$	64,00	R\$ 1.280,00



44	18698	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Verde Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de instalação</p>	R\$	64,00	R\$	1.280,00
45	18699	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Vermelho Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT. <p>serviço de instalação</p>	R\$	64,00	R\$	1.280,00
46	18700	20	SER	Instalação de Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Vermelho E Cronômetro Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de instalação</p>	R\$	64,00	R\$	1.280,00
47	18701	20	SER	Instalação de Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de instalação</p>	R\$	64,00	R\$	1.280,00
48	18702	72	SER	Instalação de Suporte "H" Para O Grupo Focal Principal Para Montagem No Suporte Basculante. <p>serviço de instalação</p>	R\$	50,00	R\$	3.600,00
49	18703	60	SER	Instalação De Abraçadeira suporte basculante 101,6 mm <p>serviço de instalação</p>	R\$	50,00	R\$	3.000,00
50	18704	100	SER	Instalação de Abraçadeira/Suporte Simples 114,3 mm, Para Fixação de Grupo Focal em Coluna <p>serviço de instalação</p>	R\$	43,00	R\$	4.300,00



8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento ocorrerá mediante emissão de Nota de Empenho correspondente a cada despesa realizada.

8.2. Da Nota Fiscal/Fatura:

A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- Número da Nota de Empenho;
- Número do Processo Licitatório;
- Local de entrega;
- Nome do banco, número da agência e número da conta-corrente para pagamento;
- Identificação da unidade destinatária dos materiais: **Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Infraestrutura de Trânsito – Município de Guaíba.**

8.3. O pagamento dos materiais e serviços será feito mediante a apresentação da respectiva nota fiscal ou nota fiscal-fatura devidamente atestada pelo Responsável pelo recebimento dos materiais.

8.4. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da respectiva fatura corretamente preenchida, pelo departamento competente da Secretaria Municipal da Fazenda. Se o término deste prazo coincidir com dia em que não houver expediente na Prefeitura, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato.

8.5. As notas fiscais/faturas emitidas com erro deverão ser substituídas. Neste caso, o Município de Guaíba efetuará a devida comunicação à CONTRATADA, para que dentro do prazo fixado para o pagamento, proceda na sua regularização. No mais, o Município disporá de até 15 (quinze) dias, a partir da correção das notas fiscais/faturas ou da sua substituição para efetuar o seu pagamento.

8.6. O pagamento estará condicionado à verificação da regularidade fiscal da contratada.

8.7. Valor estimado

Com base em pesquisas de preços em portais oficiais (Painel de Preços, Banco de Preços e Comprasnet) e em comparativos com planilhas orçamentárias de outros municípios. Esse montante engloba aproximadamente R\$ 2,1 milhões para materiais e serviços de instalação, acrescidos de margem para variações de mercado, despesas logísticas e eventuais imprevistos. Os principais valores unitários



considerados foram: grupos focais veiculares com temporizador, grupos repetidores, colunas de 114 mm, braços projetados e módulos LED.

9. Prazo de entrega e vigência

O prazo para início da entrega e instalação dos equipamentos será de até **20 (vinte) dias** após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa e concordância da Administração. A vigência do contrato decorrente do registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme o art. 105 da Lei 14.133/2021, desde que a contratação permaneça vantajosa e haja interesse da Administração.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- II. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- V. Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

- I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- II. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com a obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- III. Executar as obrigações assumidas no contrato, sendo expressamente vedada a transferência da responsabilidade contratual a terceiros.
- IV. Atender as especificações contidas no Termo de Referência, no Edital e no presente instrumento.
16.2 Entregar os produtos em consonância com a proposta de preços apresentada.
- V. Entregar os produtos dentro do prazo estabelecido, nos locais determinados pela Secretaria responsável.
- VI. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de transporte dos produtos.
- VII. Substituir às suas expensas o produto entregue fora das especificações e da marca cotada, providenciando a substituição dos mesmos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação realizada pela administração municipal.



- VIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e o acompanhamento do Contratante.
- IX. Executar os serviços na forma e nos prazos estabelecidos.
- X. Qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento dos produtos deverá ser informada ao Contratante.
- XI. Assumir a responsabilidade pelos encargos e despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos produtos ofertados. 16.10 Manter, durante a vigência do presente contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.
- XII. Deverá, também, manter atualizados, durante toda a vigência do Contrato, o número de telefone de contato, endereço eletrônico (e-mail), endereço, dados bancários, devendo comunicar ao Contratante qualquer alteração de dados.
- XIII. A empresa contratada deverá cumprir, integralmente, as condições técnicas, administrativas e legais estabelecidas no edital e neste Estudo Técnico Preliminar, assumindo as seguintes obrigações:
- XIV. Fornecer a Instalação e Desinstalação de todos os equipamentos e materiais descritos no Termo de Referência e neste ETP, em conformidade com as especificações técnicas exigidas, incluindo: Sistema de Iluminação Complementar para Semáforos Veiculares e Pedestres para Coluna e Braço, completo, adesivos e fitas de fixação; Semáforo Complementar Horizontal de Pedestre – Barra LED Pedestre, completo, com bloco luminoso, caixa de acondicionamento, cabeamento e demais componentes.
- XV. Assegurar que todos os produtos sejam novos, de primeiro uso, livres de defeitos, de fabricação recente e compatíveis entre si;
- XVI. Entregar todos os equipamentos devidamente instalados, em até 60 (sessenta) dias consecutivos contados da emissão do empenho.
- XVII. Realizar todos os serviços com mão de obra qualificada, observando normas técnicas, de segurança do trabalho, ambientais e de trânsito vigentes.
- XVIII. Manter responsável técnico habilitado e registrado junto ao respectivo conselho profissional (CREA ou CAU), durante todo o período de execução contratual.
- XIX. Garantir os equipamentos e serviços pelo prazo mínimo previsto no edital ou contrato, comprometendo-se a realizar reparos, substituições ou correções sem ônus à Administração durante o período de garantia.
- XX. Garantir a troca e a assistência técnica de qualquer material que apresente defeito durante a vigência contratual, bem como providenciar sua substituição sempre que necessário.
- XXI. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente as regularidades fiscal, trabalhista e previdenciária;
- XXII. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços;
- XXIII. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários relativos à execução contratual.
- XXIV. Cumprir rigorosamente as normas ambientais relativas ao descarte de resíduos eletrônicos e luminotécnicos, adotando práticas adequadas de reaproveitamento ou destinação final;



XXV. Atender às solicitações da fiscalização e do gestor do contrato, acatando determinações que visem garantir a boa execução do objeto.

12. MODELO DE GESTÃO E CONTRATO

12.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no **Decreto Municipal 170 de 30 de maio de 2025**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

12.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s);

I. **Compete ao Fiscal do Contrato** abaixo identificado exercer a verificação concreta do objeto, é o servidor designado para realizar atividades de fiscalização administrativa, fiscalização técnica e/ou fiscalização setorial da execução contratual, as quais podem ser cumulativas, conforme definido na portaria de designação, devendo ser registrado apenas quando não o forem;

II. **Compete ao Gestor do Contrato** abaixo identificado exercer a administração do contrato, é o servidor designado para coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação para formalização dos procedimentos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções e extinção dos contratos;

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio da **modalidade pregão**, na forma eletrônica, por se tratar de aquisição de bens comuns, nos termos do art. 28, inciso I, e art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global do lote único**, considerando o somatório de todos os itens que compõem a planilha de custos, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.3. A disputa ocorrerá pelo **valor global do lote único**, sendo os preços unitários utilizados exclusivamente para fins de composição e eventual execução contratual, não constituindo critério de julgamento isolado.

13.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis, excessivos ou incompatíveis com os valores estimados pela Administração, observado o disposto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

14. Adequação Orçamentária



14.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendido decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

<p>Código Reduzido: 1028 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 33390302600000000000 - Material elétrico e eletrônico</p>
<p>Código Reduzido: 1028 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 33390302500000000000 - Material para manutenção de bens móveis</p>
<p>Código Reduzido: 1032 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 34490523400000000000 - Maquinas, utensilios e equipamentos diversos</p>
<p>Código Reduzido: 1030 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 33390391700000000000 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos</p>
<p>Código Reduzido: 1040 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 33390302500000000000 - Material para manutenção de bens móveis</p>
<p>Código Reduzido: 1040 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 33390302600000000000 - Material elétrico e eletrônico</p>
<p>Código Reduzido: 1044 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 34490523400000000000 - Maquinas, utensilios e equipamentos diversos</p>
<p>Código Reduzido: 1042 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 33390391700000000000 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Guaíba





15. Matriz de Riscos da Contratação

Nos termos das boas práticas de governança e gestão de riscos previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento das contratações públicas, apresenta-se a matriz de riscos da presente contratação, com identificação, classificação e definição das medidas de tratamento dos principais riscos associados à execução contratual.

A classificação dos riscos considera:

- I. **Probabilidade (P):** Baixa, média ou Alta
- II. **Impacto (I):** Baixo, médio ou alto
- III. **Nível de risco:** resultado da combinação entre probabilidade e impacto

15.1 Tabela de Riscos

Risco	Descrição	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Responsável	Plano de Resposta / Mitigação
Atraso na entrega dos equipamentos	Atraso no fornecimento de materiais ou execução dos serviços	Média	Alto	Alto	Contratada	Planejamento logístico, controle de cronograma e aplicação de penalidades contratuais
Falha técnica dos equipamentos	Defeitos de fabricação ou instalação inadequada	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Garantia mínima, substituição imediata e suporte técnico
Inexecução parcial dos serviços	Execução incompleta ou fora das especificações	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Fiscalização rigorosa e aplicação de sanções
Problemas climáticos	Condições adversas que impactem a execução	Média	Médio	Médio	Compartilhado	Reprogramação do cronograma mediante justificativa
Interferência no trânsito	Impactos na mobilidade urbana durante execução	Alta	Médio	Alto	Contratada	Sinalização adequada e execução em horários de menor fluxo
Acidentes de trabalho	Ocorrências envolvendo trabalhadores durante execução	Baixa	Alto	Médio	Contratada	Uso obrigatório de EPI e cumprimento das NRs



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Guaíba





Variação de preços de mercado	Orcilção nos custos de insumos	Média	Médo	Médo	Compartilhado	Possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro conforme legislação
Falhas na coordenação contratual	Problemas de comunicação entre contratante e contratada	Baixa	Médo	Baixa	Compartilhado	Reuniões periódicas e acompanhamento pela fiscalização
Problemas na rede elétrica local	Instabilidade ou ausência de energia nos pontos de instalação	Baixa	Médo	Baixa	Contratante	Articulação com concessionária e planejamento prévio

15.2 Diretrizes Gerais de Gestão de Riscos

A gestão dos riscos deverá observar as seguintes diretrizes:

- I. A contratada é responsável pela prevenção e mitigação dos riscos diretamente relacionados à execução dos serviços;
- II. A Administração realizará o acompanhamento contínuo por meio da fiscalização contratual;
- III. Situações excepcionais deverão ser formalmente comunicadas e justificadas;
- IV. Poderá haver reprogramação dos serviços quando devidamente motivada;
- V. Aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 em caso de descumprimento contratual;
- VI. A ocorrência de riscos não previstos deverá ser tratada com base nos princípios da razoabilidade, interesse público e equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.3 Disposições Finais

A presente matriz de riscos não afasta a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, devendo esta adotar todas as medidas necessárias para garantir a qualidade, segurança e cumprimento dos prazos estabelecidos.

16. Gestão e fiscalização do contrato



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Guaíba



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Guaíba



A Secretaria de Mobilidade Urbana e Infraestrutura de Trânsito designará, por portaria, o gestor e o fiscal do contrato. Conforme indicado no ETP, o Sr. **Florindo Rodrigues dos Santos** (Matrícula 492128) atuará como gestor, e o Sr. **Cristiano Beck Domingues** (Matrícula 288578) como fiscal. Compete ao gestor acompanhar a execução contratual, atestar as medições e solicitar as providências necessárias; ao fiscal cabe verificar a conformidade técnica dos serviços e materiais. Ambos deverão observar a Instrução Normativa n.º 001/2026 e o Decreto Municipal nº 170/2025, que regulam a gestão e fiscalização de contratos administrativos.



Assinado eletronicamente por:
CRISTIANO BECK DOMINGUES
809.922.260-15
15/06/2026 16:47:01
Processo Digital 79178/2025
Assinatura digital avançada.

CRISTIANO BECK DOMINGUES
Matrícula 288578

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar



Assinado eletronicamente por:
FLORINDO RODRIGUES DOS
SANTOS
384.497.730-91
15/06/2026 16:51:22
Assinatura digital avançada.

FLORINDO RODRIGUES DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA E INFRAESTRUTURA DE TRÂNSITO



Documento assinado digitalmente
GABRIEL SEHN FEITEN
Data: 10/06/2026 09:11:00-0300
Verifique em <https://validar.ri.gov.br>

SOLUÇÕES EM TRÂNSITO KM ZERO LTDA
Responsável Técnico - Engenheiro



1 PROPOSTA	1.1 Proposta de preço com os valores ajustados àqueles encerrados no final da sessão ou, caso haja, o valor da negociação, ou mesmo a proposta inicial, conforme modelo de proposta deste edital;
2 HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado, ainda, de documentos de eleição de seus administradores; e registro comercial, no caso de empresa individual; 2.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 2.3. Comprovante de Identidade ou CNH
3 REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E SOCIAL	3.1 Prova de regularidade de situação perante o FGTS , fornecida pela Caixa Econômica Federal; 3.2 Prova de regularidade Fazenda Federal quanto aos tributos federais , abrangendo inclusive os relativos à seguridade social , e à dívida ativa da União , emitida pelo Ministério da Fazenda; 3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, contemplando todos os tributos de competência da esfera; 3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, contemplando todos os tributos de competência da esfera; 3.5 Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT ;
4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. 4.2. Certidão Simplificada atualizada emitida pelo Cartório de Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) em que conste a condição de ME, EPP e demais beneficiadas. <u>Na impossibilidade legal da emissão desta certidão, deverá apresentar declaração do contador, sob as penas da lei, que se enquadra na situação de beneficiário da Lei Complementar 123/2006. (SE FOR O CASO);</u>
5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	5.1 Atestado de capacidade técnica: Atestado de capacidade técnica fornecido por órgão/empresa pública ou privada, que comprove que a licitante já executou serviço pertinente e compatível com o objeto ora licitado. 5.2 Registro Ativo da empresa no CREA, CAU, ou outro Conselho Competente, do estado de origem, conforme legislação de regência;



	<p>5.3 Declaração de a empresa a empresa licitante dispõe de responsável técnico habilitado para os serviços de mão de obra previstos devendo indicar um dos profissionais:</p> <p>I. Engenheiro elétrico, eletrônico ou civil, devidamente registrado no conselho regional de engenharia e arquitetura (CREA/CAU) do estado de origem;</p> <p>II. Técnico em eletrotécnica ou eletrônica;</p> <p>5.4 Declaração, sob as penas da Lei, de que a empresa dispõe de todos os materiais, equipamentos, pessoal técnico especializado e condições necessários à execução do serviço.</p>
<p>6. DECLARAÇÕES</p>	<p>6.1 Declarações, sob as penas da Lei, subscritas pelo representante legal da empresa, especificando o que segue abaixo:</p> <p>a) Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;</p> <p>b) Que não incorre nas demais condições impeditivas;</p> <p>c) Que atende a norma no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;</p> <p>d) Que tem pleno conhecimento do edital, aceitando todas as condições estabelecidas no mesmo;</p> <p>e) Da inexistência, no quadro da empresa, de sócios com vínculos de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de servidores que atuem na Secretaria de Licitações e Contratos; na Secretaria/Diretoria, servidor responsável pela elaboração de projeto básico; ou relação de parentesco com o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Diretores Municipais.</p> <p>f) Que, sob as penas da lei, a empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação como (<input type="checkbox"/>) microempresa ou (<input type="checkbox"/>) empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Federal nº 8538/2015 artigo 11. (Para Micro ou empresa de pequeno porte se for o caso, marcar com um "X" na opção correta).</p>



	<p>OBS.: As condições estabelecidas da letra “a” até “f”, poderão estar descritas em um único documento (original), em uma via, constando (CNPJ – ENDEREÇO- RAZÃO SOCIAL – NÚMERO DA LICITAÇÃO, e assinatura do representante legal da empresa).</p>
--	---



ANEXO III – MINUTA CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026, QUE FAZEM ENTRE
SI O MUNICÍPIO DE GUAÍBA E

.....
(Processo Administrativo nº28.723/2026)

O **Município de Guaíba/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 88.811.922/0001-20, neste ato representado pelo **Sr. Cláudia Jardim Pelegrino Pereira, Prefeita Municipal**, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, _____, Estado, representada pelo Sr. _____, portador da CI/SSP/RG nº _____, residente e domiciliado em _____, RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2026** e seus anexos, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

Parágrafo Primeiro. O objeto do presente instrumento é a **Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos semafóricos, com fornecimento de material e mão de obra de instalação, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência**, que acompanhou o edital.

1.					
LOTE ÚNICO					
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Preço Unit.	Preço Total
1	20	UN	Kit de aterramento para controlador para controlador semafórico		R\$
2	72	UN	Grupo focal principal a LED tipo "I" 3x200mm em alumínio com suporte e anteparo, conforme NBR 15889/2019.		R\$



3	16	UN	Grupo focal principal a LED em fibra de vidro ou alumínio com contador regressivo de tempo, conforme NBR 15889/2019.		R\$
4	76	UN	Grupo focal Repetidor com seta, com chave seletora em alumínio, conforme NBR 15889/2019.		R\$
5	76	UN	Grupo focal Repetidor a LED tipo I 3x200mm, em alumínio, conforme NBR 15889/2019.		R\$
6	76	UN	Grupo Focal em LED tipo "I" 2x200mm para Pedestre com Contagem Regressiva de Tempo, NBR 15889/2019.		
7	24	UN	BOTOEIRA SONORA RESOLUÇÃO Nº 704 BOTOEIRA SONORA RESOLUÇÃO Nº 704		R\$
8	30	UN	Coluna extensora 88,9 mm x 3000mm		R\$
9	60	UN	Coluna simples pedestre 88,9 mm x 6000mm galvanizada a fogo		R\$
10	40	UN	Coluna simples 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo		R\$
11	20	UN	Coluna dupla 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo		R\$
12	40	UN	Braço projetado 101,6mm x 4700mm galvanizada a fogo		R\$
13	15000	METRO	Cabo PP 4 x 1,5 mm, para ligação do grupo focal principal		R\$
14	5000	METRO	Cabo PP 2 x 2,5 mm, para ligação da controladora		R\$
15	5000	METRO	Cabo PP 2 x 1,5 mm para ligação da botoeira sonora		R\$



16	5000	METRO	Cabo PP 3 x 1,5 mm para ligação do grupo focal pedestre	R\$
17	150	UN	Armação rex com roldana	R\$
18	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Amarelo Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$
19	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Verde Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$
20	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Vermelho Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$
21	20	UN	Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Vermelho E Cronômetro Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$
22	20	UN	Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$
23	72	UN	Suporte "H "Para O Grupo Focal Principal Para Montagem No Suporte Basculante.	R\$
24	60	UN	Abraçadeira suporte basculante 101,6 mm	R\$
25	60	UN	Abraçadeira/Suporte Simples 114,3 mm, Para Fixação De Grupo Focal Em Coluna	R\$
26	20	SER	Instalação de Kit de aterramento para controlador semafórico <p>serviço de Instalação</p>	R\$



27	72	SER	Instalação de Grupo focal principal a LED tipo "I" 3x200mm em alumínio com suporte e anteparo, conforme NBR 15889/2019. <p>serviço de instalação</p>		R\$
28	16	SER	Instalação de Grupo focal principal a LED em fibra de vidro ou alumínio com contador regressivo de tempo, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>		R\$
29	76	SER	Instalação de Grupo focal Repetidor com seta, com chave seletora em alumínio, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>		R\$
30	76	SER	Instalação de Grupo focal Repetidor a LED tipo I 3x200mm, em alumínio, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>		R\$
31	76	SER	Instalação de Grupo Focal em LED tipo "I" 2x200mm para Pedestre com Contagem Regressiva de Tempo, NBR 15889/2019. <p>serviço de Instalação</p>		R\$
32	24	SER	Instalação de Botoneira sonora Resolução nº 704 <p>serviço de Instalação</p>		R\$
33	30	SER	Instalação de Coluna extensora 88,9 mm x 3000mm <p>serviço de Instalação</p>		R\$
34	60	SER	Instalação de Coluna simples pedestre 88,9 mm x 6000mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>		R\$



35	40	SER	Instalação de Coluna simples 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo. <p>serviço de Instalação</p>		R\$
36	20	SER	Instalação de Coluna dupla 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>		R\$
37	40	SER	Instalação de Braço projetado 101,6mm x 4700mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>		R\$
38	15000	SER	Instalação de Cabo PP 4 x 1,5 mm, para ligação do grupo focal principal <p>serviço de Instalação</p>		R\$
39	5000	SER	Instalação de Cabo PP 2 x 2,5 mm, para ligação da controladora <p>serviço de Instalação</p>		R\$
40	5000	SER	Instalação de Cabo PP 2 x 1,5 mm para ligação da botoeira sonora <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
41	5000	SER	Instalação de Cabo PP 3 x 1,5 mm para ligação do grupo focal pedestre <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
42	150	SER	Instalação de Armação rex com roldana <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
43	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Amarelo Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de instalação</p>	R\$	R\$



44	18698	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Verde Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>		
45	18699	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Vermelho Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT. <p>serviço de Instalação</p>		
46	18700	20	SER	Instalação de Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Vermelho E Cronômetro Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>		
47	18701	20	SER	Instalação de Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>		
48	18702	72	SER	Instalação de Suporte "H "Para O Grupo Focal Principal Para Montagem No Suporte Basculante. <p>serviço de Instalação</p>		
49	18703	60	SER	Instalação De Abraçadeira suporte basculante 101,6 mm <p>serviço de Instalação</p>		
50	18704	100	SER	Instalação de Abraçadeira/Suporte Simples 114,3 mm, Para Fixação de Grupo Focal em Coluna <p>serviço de Instalação</p>		

Parágrafo Segundo. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Autorização de Compras autorizando o Pregão Eletrônico; e,



d) A Proposta do contratado e eventuais anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, a partir de xxxx de 2026**, prorrogável, sucessivamente, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo. A prorrogação de que trata este item é condicionada à manifestação, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

Parágrafo único. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo primeiro A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Parágrafo Segundo: O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Parágrafo Terceiro. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação

Parágrafo Quarto É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

Parágrafo Primeiro. O valor global mensal estimativo é de R\$ _____ (____), que será pago mensalmente, sendo que a apuração da quantidade de impressões será feita no último dia útil do mês, no final ou após o expediente da CONTRATANTE, através de levantamento remoto da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Terceiro. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



Parágrafo Quarto. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo Quinto. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Parágrafo Sexto O pagamento dos serviços será feito mensalmente, mediante a apresentação da respectiva fatura dos serviços, devidamente discriminada e atestada pelo órgão fiscalizador do CONTRATANTE, no prazo de trinta dias após a concessão do crédito. Caso o dia de pagamento coincida com feriado e/ou ponto facultativo no município o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

As respectivas faturas deverão estar acompanhadas da requisição de pagamento/nota de empenho da Secretaria de Mobilidade Urbana e Infraestrutura de Trânsito designará, por portaria, o gestor e o fiscal do contrato. Conforme indicado no ETP, o Sr. Florindo Rodrigues dos Santos (Matrícula 492128) atuará como gestor, e o Sr. Cristiano Beck Domingues (Matrícula 288578) como fiscal., devendo atestar, na Nota Fiscal, a correta execução dos serviços pela CONTRATADA, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto contratual, nos termos da LF n.º 14.133/23.

Parágrafo Sétimo. A liberação da nota fiscal fica condicionada à prestação de contas, na qual deverá constar os documentos já exigidos pela contratante, bem como a comprovação do pagamento dos salários dos colaboradores, do mês de competência dos serviços executados.

Parágrafo Oitavo. A emissão das Notas Fiscais/Faturas será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

Parágrafo Nono: Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar o contratado para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

Parágrafo Décimo: O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Décimo Primeiro: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

Parágrafo Décimo Segundo: A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Décimo Terceiro. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta no registro cadastral, se houver, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação; b) identificar possível razão que impeça a

participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como eventuais ocorrências impeditivas indiretas.

Parágrafo Décimo Quarto: Constatando-se, junto ao registro cadastral, se houver, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Décimo Quinto: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Parágrafo Décimo Sexto: Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Parágrafo Décimo Sétimo. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao registro cadastral.

Parágrafo Décimo Oitavo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo Décimo Nono: Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Vigésimo: O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo Vigésimo Primeiro: É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

6. CLÁUSULA SEXTA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

Parágrafo Primeiro Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

Parágrafo Segundo O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.



Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

Parágrafo Terceiro. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

Parágrafo Quarto. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

Parágrafo Quinto. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

Parágrafo Sexto. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

Parágrafo Sétimo. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

Parágrafo Oitavo. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento.

Parágrafo Nono: O valor do presente Contrato, poderá ser reajustado anualmente pelo IPCA-e, correspondente ao período imediatamente anterior ao da assinatura do presente termo, ou por índice oficial a ser estabelecido pelo Governo Federal que o venha a substituir, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

Parágrafo Décimo: No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



Parágrafo Décimo Primeiro: Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

Parágrafo Décimo Segundo: Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo Décimo Terceiro: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Décimo Quarto: Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

Parágrafo Décimo Quinto. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

Parágrafo Décimo Sexto. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

Parágrafo Décimo Sétimo. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

Parágrafo Décimo Oitavo. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

Parágrafo Décimo Nono. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Parágrafo Vigésimo. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

Parágrafo Vigésimo Primeiro: O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º).

Parágrafo Vigésimo Segundo. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

Parágrafo Vigésimo Terceiro. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

Parágrafo Vigésimo Quarto. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.



Parágrafo Vigésimo Quinto. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do contratante:

Parágrafo Primeiro. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Parágrafo Segundo. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;

Parágrafo Terceiro. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Parágrafo Quarta. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

Parágrafo Quinto. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

Parágrafo Sexto. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

Parágrafo Sétimo. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

Parágrafo Oitavo indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

Parágrafo Nono. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

Parágrafo Décimo. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

Parágrafo Décimo Primeiro. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

Parágrafo Décimo Segundo. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

Parágrafo Décimo Terceiro. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

Parágrafo Décimo Quarto. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

Parágrafo Décimo Quinto. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta dias).

Parágrafo Décimo Sexto. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Parágrafo Décimo Sétimo. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

Parágrafo Décimo Oitavo. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8. CLÁUSULA OITAVA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Parágrafo Primeiro. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.. Cumprir com o objeto conforme especificações do Termo de Referência em consonância com a proposta de preços.

Parágrafo Segundo. Registrar por meio de ART junto ao conselho profissional competente (CREA, CFT ou CAU) em até 30 (trinta) dias corridos a contar do início da execução do contrato. As vias devidamente pagas deverão ser encaminhadas ao fiscal do contrato para assinatura e arquivamento

Parágrafo Terceiro. Realizar a desinstalação completa dos equipamentos semaforicos existentes nos locais indicados pela fiscalização, compreendendo: • Desmontagem de grupos focais veiculares e de pedestres; • Retirada de colunas, braços projetados, suportes e demais estruturas metálicas; • Remoção de cabeamento aéreo e subterrâneo, quando determinado pela fiscalização; • Desinstalação de controladores, botoeiras, módulos e demais componentes elétricos; • Retirada de bases de concreto, quando necessário, ou adequação para reaproveitamento; • Transporte, acondicionamento e entrega dos materiais retirados em local indicado pela Administração; • Destinação adequada de materiais inservíveis, conforme legislação ambiental vigente; • Garantia de segurança viária durante todo o processo, com sinalização provisória adequada.

Parágrafo Quarto. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;.

Parágrafo Quinto. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com a obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Parágrafo Sétimo. A empresa contratada fica responsável por todas as despesas referentes ao objeto deste contrato: mão de obra, locomoção, seguro acidente, impostos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, e quaisquer outras que forem devidas, relativamente à execução dos serviços contratados.

Parágrafo Oitavo. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Parágrafo Nono. Executar as obrigações assumidas no contrato, sendo expressamente vedada a transferência da responsabilidade contratual a terceiros.

Parágrafo Décimo. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Parágrafo Décimo Primeiro. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o



acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Parágrafo Décimo Segundo. Caso o fornecimento seja incompatível com o solicitado pela CONTRATADA, fora dos padrões legais ou com eventuais danos aos equipamentos (ocasionados inclusive durante o transporte/descarregamento), o mesmo será recusado e devolvido, devendo ser repostado imediatamente, sem ônus ao CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Terceiro. Exercer a manutenção corretiva dos equipamentos, durante toda a vigência do contrato, devendo executar as atualizações que se fizerem necessárias para o seu perfeito funcionamento;

Parágrafo Décimo Quarto. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

Parágrafo Décimo Quinto. A Empresa contratada para execução dos serviços se obriga a manter rigorosamente, durante o período de vigência deste Contrato, conforme as obrigações assumidas, os requisitos de habilitação exigidos no edital de origem.

Parágrafo Décimo Sexto. Executar os serviços contratados com esmero e dentro da melhor técnica, de acordo com a proposta oferecida e com as normas e condições previstas no Edital e seus anexos responsabilizando-se por quaisquer erros, falhas ou imperfeições que porventura decorram, seja por imprudência, negligência e/ou imperícia, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

Parágrafo Décimo Terceiro. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

Parágrafo Décimo Quarto. Instalar os equipamentos discriminados no objeto em perfeitas condições de uso e adequação ao serviço a que se destinam e nos prazos e nos locais indicados no Termo de Referência;

Parágrafo Décimo Quinto Proceder, caso não seja possível fazer a manutenção corretiva do equipamento, a sua imediata substituição, por outro com as mesmas características/especificações ou superior, em perfeito funcionamento, sem ônus para a CONTRATANTE;

Parágrafo Décimo Sexto. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos equipamentos alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas ao objeto contratado, conforme descrito neste Termo de Referência;

Parágrafo Décimo Sétimo. Atender aos pedidos de mudança de localidade dos equipamentos, dentro da jurisdição da CONTRATANTE, atuando na desinstalação, transporte e reinstalação dos mesmos, arcando com todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para esta atividade;

Parágrafo Décimo Oitavo. Responsabilizar-se pelos custos de transporte em eventual(is) remoção(ões) e instalação(ões) de equipamento(s) quando houver necessidade de alteração de local de utilização, correndo às suas expensas todos os custos e despesas decorrentes, inclusive quanto a alteração de equipamento em função da voltagem dos locais serem distintas;

Parágrafo Décimo Nono. Entregar os produtos dentro do prazo estabelecido, nos locais determinados pela Secretaria responsável.

Parágrafo Vigésimo. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de transporte dos produtos.

Parágrafo Vigésimo Primeiro. VII. Substituir às suas expensas o produto entregue fora das especificações e da marca cotada, providenciando a substituição dos mesmos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação realizada pela administração municipal;

Parágrafo Vigésimo Segundo. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuar-los de acordo com as especificações constantes da Proposta de Preços e instruções do instrumento convocatório e seus anexos;

Parágrafo Vigésimo Terceiro. Assumir, durante toda a vigência do contrato, todos os gastos e despesas que fizerem necessários visando a manutenção do equipamento;

Parágrafo Vigésimo Quarto. Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes do Contrato, tais como com ferramentas, peças de reposição, transportes e acessórios e demais que se fizerem necessários para as máquinas/equipamentos multifuncionais;

Parágrafo Vigésimo Quinto. Ajustar as máquinas/equipamentos e realizar testes em condições normais de uso de todas as partes vitais das mesmas, caso seja necessário;

Parágrafo Vigésimo Sexto. Identificar todos os equipamentos, ferramentas, utensílios e suprimentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;

Parágrafo Vigésimo Sétimo. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;

Parágrafo Vigésimo Oitavo. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, assumindo ainda as responsabilidades civil e penal, bem como as demais sanções legais decorrentes do descumprimento dessas responsabilidades;

Parágrafo Vigésimo Nono. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho;

Parágrafo Trigésimo. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Parágrafo Trigésimo Primeiro. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;

Parágrafo Trigésimo Segundo. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;

Parágrafo Trigésimo Terceiro. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato. É vedada a subcontratação total ou parcial, sem autorização expressa da Contratante.

Parágrafo Trigésimo Quarto. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

Parágrafo Trigésimo Quinto. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e o acompanhamento do Contratante.

Parágrafo Trigésimo Sexto. IX. Executar os serviços na forma e nos prazos estabelecidos

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

Parágrafo Trigésimo Sétimo. X. Qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento dos produtos deverá ser informada ao Contratante

Parágrafo Trigésimo Oitavo. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros

Parágrafo Trigésimo Nono. Responder por todos os tributos que incidam ou vierem a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços e produtos fornecidos;

Parágrafo Quadragésimo. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Parágrafo Quadragésimo Primeiro. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Parágrafo Quadragésimo Segundo. Respeitar, rigorosamente, no que se refere a todos os seus empregados utilizados na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, a legislação vigente sobre tributos, trabalho, segurança, previdência social e acidentes do trabalho, por cujos encargos responderá, unilateralmente, em toda a sua plenitude;

Parágrafo Quadragésimo Terceiro. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Parágrafo Quadragésimo Quarto. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133 de 2021.

Parágrafo Quadragésimo Quinto. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

Parágrafo Quadragésimo Sexto. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos,



ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Parágrafo Quadragésimo Sétimo. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

Parágrafo Quadragésimo Oitavo. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

Parágrafo Quadragésimo Nono. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

Parágrafo Quinquagésimo. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Parágrafo Quinquagésimo Primeiro. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, imprudência, negligência, imperícia ou irregularidade cometida na prestação dos serviços.

Parágrafo Quinquagésimo Segundo. Constatada qualquer irregularidade na prestação dos serviços, a empresa vencedora obrigará-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir às suas expensas no total ou em parte, o objeto da presente licitação que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de cinco dias, sob de sujeitar-se à aplicação de multas sobre o total da proposta e às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Quinquagésimo Terceiro. Assumir inteira responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados, qualidade e origem dos materiais empregados;

Parágrafo Quinquagésimo Quarto. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela qualidade de todos os materiais contratados bem como pela boa execução e eficiência dos serviços que deverão ser desenvolvidos. Esta responsabilidade deve estender-se ao fornecimento de todos os materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, e ainda, ao cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços causados a Secretaria de Mobilidade Urbana ou a terceiros.

Parágrafo Quinquagésimo Quinto. A FISCALIZAÇÃO terá direito de inspecionar e verificar a qualquer tempo o andamento dos materiais e dos serviços e, para isso, terá livre acesso ao local onde as atividades serão desenvolvidas.

Parágrafo Quinquagésimo Sexto. A CONTRATADA deverá apresentar para fins de medição dos serviços, documentação fiscal e trabalhista.

Parágrafo Quinquagésimo Sétimo. Deverão ser fornecidos todos os meios para a inspeção, incluindo, se caso for necessário, ensaios e outras informações decorrentes de quaisquer tipos de materiais empregados.



Parágrafo Quinquagésimo Oitavo. As despesas com custos de alimentação, transporte, equipamentos, ferramentas, equipamentos de segurança, locação de equipamentos, transporte de funcionários e alojamentos, ficará sobre responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Quinquagésimo Nono. Para recebimento do pagamento referente à prestação dos serviços realizados, a Empresa vencedora deverá emitir a nota fiscal correspondente.

Parágrafo Sexagésimo. Fornecer garantia e/ou assistência técnica para os produtos fornecidos, nos termos definidos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

Parágrafo Sexagésimo Primeiro. Fornecer Assistência Técnica nas condições exigidas no Termo de Referência, período de no mínimo 12 (doze) meses, e que manterá peças, componentes e materiais inerentes a assistência técnica, disponíveis durante todo o período de garantia.

Parágrafo Sexagésimo Segundo. Caso o material apresente defeito dentro do período de garantia especificado no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), o mesmo deverá ser substituído na íntegra, sob expensas da contratada, no prazo de 03 (três) dias.

Parágrafo Sexagésimo Terceiro. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação dos serviços objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

Parágrafo Sexagésimo Quarto. Adotar a logística reversa na execução do contrato, recolhendo todas as peças e embalagens julgados inservíveis, destinando-os corretamente conforme legislação de regência;

Parágrafo Sexagésimo Quinto. Comprovar, quando solicitado pela Administração em qualquer fase da licitação e durante o período de garantia técnica, a origem dos materiais, apresentando documentos de importação pertinentes, se for o caso, documentos de aquisição, endereço, telefone, fax e e-mail do fabricante dos materiais;

Parágrafo Sexagésimo Sexto. Adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; racionalização/economia no consumo de energia e água; adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços; desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

Parágrafo Sexagésimo Oitavo. Assumir a responsabilidade pelos encargos e despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos produtos ofertados. 16.10 Manter, durante a vigência do presente contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital.

Parágrafo Sexagésimo Nono. Deverá, também, manter atualizados, durante toda a vigência do Contrato, o número de telefone de contato, endereço eletrônico (e-mail), endereço, dados bancários, devendo comunicar ao Contratante qualquer alteração de dados.

Parágrafo Septuagésimo. A empresa contratada deverá cumprir, integralmente, as condições técnicas, administrativas e legais estabelecidas no edital e neste Estudo Técnico Preliminar, assumindo as seguintes obrigações:

Parágrafo Septuagésimo Primeiro. Fornecer a Instalação e Desinstalação de todos os equipamentos e materiais descritos no Termo de Referência e neste ETP, em conformidade com as especificações técnicas exigidas, incluindo: Sistema de Iluminação Complementar para Semáforos Veiculares e Pedestres para Coluna e Braço, completo, adesivos e fitas de fixação; Semáforo Complementar Horizontal de Pedestre – Barra LED Pedestre, completo, com bloco luminoso, caixa de acondicionamento, cabeamento e demais componentes.

Parágrafo Septuagésimo Segundo. Assegurar que todos os produtos sejam novos, de primeiro uso, livres de defeitos, de fabricação recente e compatíveis entre si;

Parágrafo Septuagésimo Terceiro. Entregar todos os equipamentos devidamente instalados, em até 60 (sessenta) dias consecutivos contados da emissão do empenho.

Parágrafo Septuagésimo Quarto. Realizar todos os serviços com mão de obra qualificada, observando normas técnicas, de segurança do trabalho, ambientais e de trânsito vigentes.

Parágrafo Septuagésimo Quinto. Manter responsável técnico habilitado e registrado junto ao respectivo conselho profissional (CREA ou CAU), durante todo o período de execução contratual.

Parágrafo Septuagésimo Sexto. Garantir os equipamentos e serviços pelo prazo mínimo previsto no edital ou contrato, comprometendo-se a realizar reparos, substituições ou correções sem ônus à Administração durante o período de garantia.

Parágrafo Septuagésimo Sétimo. Garantir a troca e a assistência técnica de qualquer material que apresente defeito durante a vigência contratual, bem como providenciar sua substituição sempre que necessário.

Parágrafo Septuagésimo Oitavo. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente as regularidades fiscal, trabalhista e previdenciária;

Parágrafo Septuagésimo Nono. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços;

Parágrafo Octogésimo. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários relativos à execução contratual.



Parágrafo Octogésimo Primeiro. Cumprir rigorosamente as normas ambientais relativas ao descarte de resíduos eletrônicos e luminotécnicos, adotando práticas adequadas de reaproveitamento ou destinação final;

9. CLÁUSULA OITAVA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Parágrafo Primeiro As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Segundo Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Terceiro: É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Quarto. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Parágrafo Quinto. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Parágrafo Sexto. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Parágrafo Sétimo. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

Parágrafo Oitavo. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Parágrafo Nono. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Parágrafo Décimo. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Parágrafo Décimo Primeiro Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo Décimo Segundo. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Parágrafo Décimo Terceiro. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

Da Garantia: Poderá o contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

A) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

B) seguro-garantia;

C) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Parágrafo Segundo: O contratado, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, terá 10 dias para a prestação da garantia quando optar pela modalidade prevista no item b da Cláusula Nona.

Parágrafo Terceiro: O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Parágrafo Quarto: O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Quinto: Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

Parágrafo Sexto: As contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções além das responsabilidades por perdas e danos:

A) der causa à inexecução parcial do contrato;

B) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

A) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021)

B) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

C) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Segundo: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes multas:

1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);

2) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se houver;

Parágrafo Terceiro: O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Parágrafo Quarto: Multa compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da cláusula décima primeira de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Quinto: Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea “c” da cláusula décima primeira, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.

Parágrafo Sexto: Para infração descrita na alínea “b” da cláusula décima primeira, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% do valor do Contrato.

Parágrafo Sétimo: Para infrações descritas na alínea “d” da cláusula décima primeira, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

Parágrafo Oitavo: Para a infração descrita na alínea “a” da cláusula décima primeira, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

Parágrafo Nono: A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo: Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo Primeiro: A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).



Parágrafo Décimo Segundo: Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo Terceiro: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo Quarto: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo Quinto: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Décimo Sexto: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Décimo Sétimo: Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Décimo Oitavo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo Nono: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Vigésimo: O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



Parágrafo Vigésimo Primeiro: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Vigésimo Segundo: Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

Parágrafo Primeiro. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Terceiro. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Quarto. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Quinto. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

Parágrafo Sexto. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Parágrafo Sétimo. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Parágrafo Oitavo. Indenizações e multas.

Parágrafo Nono. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Décimo. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

Parágrafo Décimo Primeiro. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

Parágrafo Décimo Segundo. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

I) a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

II) os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

III) O contratante poderá ainda:



- IV) nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e
- V) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.
- VI) O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)



Parágrafo Primeiro. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

<p>Código Reduzido: 1028 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 33390302600000000000 - Material eletrônico e eletrônico</p>
<p>Código Reduzido: 1028 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 333903025000000000000 - Material para manutenção de bens móveis</p>
<p>Código Reduzido: 1032 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 344905234000000000000 - Maquinas, utensílios e equipamentos diversos</p>
<p>Código Reduzido: 1030 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 2 - DEPTO DE TRANSPORTE Ação: 2065 - Cidade em Movimento Vínculo: 15000001 - Recurso Livre Subelemento: 333903917000000000000 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos</p>
<p>Código Reduzido: 1040 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 333903025000000000000 - Material para manutenção de bens móveis</p>
<p>Código Reduzido: 1040 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 333903026000000000000 - Material eletrônico e eletrônico</p>
<p>Código Reduzido: 1044 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 344905234000000000000 - Maquinas, utensílios e equipamentos diversos</p>
<p>Código Reduzido: 1042 Órgão: 8 - SEC MUNIC DE MOBILIDADE URBANA Unidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Ação: 2295 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA Vínculo: 17523003 - Sinalização Controle e Fiscalização Subelemento: 333903917000000000000 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos</p>

Parágrafo Segundo. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Parágrafo Primeiro. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Parágrafo Quarto. Registros que não caracterizam alteração do contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Parágrafo Primeiro. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, mediante Sistema LICITACON/TCE-RS, bem como no respectivo sítio oficial na Internet- Diário Oficial dos Municípios FAMURS <https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/pesquisar> por força da Lei Municipal nº 4023/2021 , e em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

Parágrafo Primeiro. É eleito o Foro da Comarca de Guaíba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Guaíba, __ de _____ de 2026.

Cláudia Jardim Pelegrino Pereira
Prefeita Municipal
Contratante

Contratada



ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:.....
TELEFONE:
E-mail.....

1. Apresentação da proposta.

A proponente declara conhecer os termos do edital que rege a presente Contratação, bem como a minuta de Contrato que o integra.

OBJETO LICITADO – DESCRIÇÃO DOS ITENS

2. A licitante deverá preencher a Planilha de Composição de Custos – na sua integralidade.

2.					
LOTE ÚNICO					
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Preço Unit.	Preço Total
1	20	UN	Kit de aterramento para controlador para controlador semafórico		R\$
2	72	UN	Grupo focal principal a LED tipo "I" 3x200mm em alumínio com suporte e anteparo, conforme NBR 15889/2019.		R\$
3	16	UN	Grupo focal principal a LED em fibra de vidro ou alumínio com contador regressivo de tempo, conforme NBR 15889/2019.		R\$
4	76	UN	Grupo focal Repetidor com seta, com chave seletora em alumínio, conforme NBR 15889/2019.		R\$



5	76	UN	Grupo focal Repetidor a LED tipo I 3x200mm, em alumínio, conforme NBR 15889/2019.		R\$
6	76	UN	Grupo Focal em LED tipo "I" 2x200mm para Pedestre com Contagem Regressiva de Tempo, NBR 15889/2019.		
7	24	UN	BOTOEIRA SONORA RESOLUÇÃO Nº 704 BOTOEIRA SONORA RESOLUÇÃO Nº 704		R\$
8	30	UN	Coluna extensora 88,9 mm x 3000mm		R\$
9	60	UN	Coluna simples pedestre 88,9 mm x 6000mm galvanizada a fogo		R\$
10	40	UN	Coluna simples 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo		R\$
11	20	UN	Coluna dupla 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo		R\$
12	40	UN	Braço projetado 101,6mm x 4700mm galvanizada a fogo		R\$
13	15000	METRO	Cabo PP 4 x 1,5 mm, para ligação do grupo focal principal		R\$
14	5000	METRO	Cabo PP 2 x 2,5 mm, para ligação da controladora		R\$
15	5000	METRO	Cabo PP 2 x 1,5 mm para ligação da botoeira sonora		R\$
16	5000	METRO	Cabo PP 3 x 1,5 mm para ligação do grupo focal pedestre		R\$
17	150	UN	Armação rex com roldana	R\$	R\$



18	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Amarelo Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$	R\$
19	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Verde Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$	R\$
20	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Vermelho Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$	R\$
21	20	UN	Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Vermelho E Cronômetro Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$	R\$
22	20	UN	Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT	R\$	R\$
23	72	UN	Suporte "H "Para O Grupo Focal Principal Para Montagem No Suporte Basculante.	R\$	R\$
24	60	UN	Abraçadeira suporte basculante 101,6 mm	R\$	R\$
25	60	UN	Abraçadeira/Suporte Simples 114,3 mm, Para Fixação De Grupo Focal Em Coluna	R\$	R\$
26	20	SER	Instalação de Kit de aterramento para controlador semafórico <p>serviço de instalação</p>	R\$	R\$
27	72	SER	Instalação de Grupo focal principal a LED tipo "I" 3x200mm em alumínio com suporte e anteparo, conforme NBR 15889/2019. <p>serviço de instalação</p>		R\$



28	16	SER	Instalação de Grupo focal principal a LED em fibra de vidro ou alumínio com contador regressivo de tempo, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>		R\$
29	76	SER	Instalação de Grupo focal Repetidor com seta, com chave seletora em alumínio, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>		R\$
30	76	SER	Instalação de Grupo focal Repetidor a LED tipo I 3x200mm, em alumínio, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>		R\$
31	76	SER	Instalação de Grupo Focal em LED tipo "I" 2x200mm para Pedestre com Contagem Regressiva de Tempo, NBR 15889/2019. <p>serviço de Instalação</p>		R\$
32	24	SER	Instalação de Botoeira sonora Resolução nº 704 <p>serviço de Instalação</p>		R\$
33	30	SER	Instalação de Coluna extensora 88,9 mm x 3000mm <p>serviço de Instalação</p>		R\$
34	60	SER	Instalação de Coluna simples pedestre 88,9 mm x 6000mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>		R\$
35	40	SER	Instalação de Coluna simples 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo. <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
36	20	SER	Instalação de Coluna dupla 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$



37	40	SER	Instalação de Braço projetado 101,6mm x 4700mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
38	15000	SER	Instalação de Cabo PP 4 x 1,5 mm, para ligação do grupo focal principal <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
39	5000	SER	Instalação de Cabo PP 2 x 2,5 mm, para ligação da controladora <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
40	5000	SER	Instalação de Cabo PP 2 x 1,5 mm para ligação da botoeira sonora <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
41	5000	SER	Instalação de Cabo PP 3 x 1,5 mm para ligação do grupo focal pedestre <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
42	150	SER	Instalação de Armação rex com roldana <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
43	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Amarelo Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de instalação</p>	R\$	R\$



44	18698	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Verde Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>	R\$
45	18699	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Vermelho Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT. <p>serviço de Instalação</p>	R\$
46	18700	20	SER	Instalação de Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Vermelho E Cronômetro Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>	R\$
47	18701	20	SER	Instalação de Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>	R\$
48	18702	72	SER	Instalação de Suporte "H "Para O Grupo Focal Principal Para Montagem No Suporte Basculante. <p>serviço de Instalação</p>	R\$
49	18703	60	SER	Instalação De Abraçadeira suporte basculante 101,6 mm <p>serviço de Instalação</p>	R\$
50	18704	100	SER	Instalação de Abraçadeira/Suporte Simples 114,3 mm, Para Fixação de Grupo Focal em Coluna <p>serviço de Instalação</p>	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE					



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3 - O preço proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão-de-obra, prestação do serviço, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslados, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada no edital.

4 -Integram a presente proposta de preço, como se aqui estivessem transcritas, todas as especificações e exigências contidas no edital e Termo de Referência

5 – O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, da data fixada para a sua apresentação.

Guaíba, de de 2026

(Nome e assinatura do responsável legal)(RG)



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ANEXO V - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 029/2026	PROCESSO ADMINISTRATIVO: 28723/2026
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

1. O **MUNICÍPIO DE GUAÍBA**, entidade de direito público, interno, inscrito no CNPJ/MF 88.811.922/0001-20, com sede administrativa na Av. Nestor de Moura Jardim, 111, nesta cidade, CEP 92704-300 - RS, representado neste ato por sua Prefeita Municipal, Sra. Cláudia Pelegrino Jardim Pereira, face a classificação da proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026**, para Registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos semaforicos, com fornecimento de material e mão de obra de instalação, conforme especificações, quantidades e exigências contidas no ANEXO I (Termo de Referência) e demais anexos deste edital, da empresa, com sede na, N. ...- Bairro, na cidade de, CEP **.***-*** UF, inscrita no CNPJ/MF N. **.***.***/***_***, neste ato representada pelo Sr. (a), portador do CPF N. ***.***.***-**-** e RG N. *****, observadas as exigências estabelecidas no edital e conforme as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

2. Esta Ata tem por objetivo o Registro de preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos semaforicos, com fornecimento de material e mão de obra de instalação, conforme especificações, quantidades e exigências contidas no ANEXO I (Termo de Referência) e demais anexos deste edital.

2.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

2.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

2.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com a manifestação de intenção de registro de preços, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

ÓRGÃO 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se os preços dos bens/serviços ofertados pelo fornecedor, nos seguintes termos:

2.1.

3.					
LOTE ÚNICO					
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Preço Unit.	Preço Total
1	20	UN	Kit de aterramento para controlador para controlador semafórico		R\$
2	72	UN	Grupo focal principal a LED tipo "I" 3x200mm em alumínio com suporte e anteparo, conforme NBR 15889/2019.		R\$
3	16	UN	Grupo focal principal a LED em fibra de vidro ou alumínio com contador regressivo de tempo, conforme NBR 15889/2019.		R\$
4	76	UN	Grupo focal Repetidor com seta, com chave seletora em alumínio, conforme NBR 15889/2019.		R\$
5	76	UN	Grupo focal Repetidor a LED tipo I 3x200mm, em alumínio, conforme NBR 15889/2019.		R\$
6	76	UN	Grupo Focal em LED tipo "I" 2x200mm para Pedestre com Contagem Regressiva de Tempo, NBR 15889/2019.		
7	24	UN	BOTOEIRA SONORA RESOLUÇÃO Nº 704 BOTOEIRA SONORA RESOLUÇÃO Nº 704		R\$
8	30	UN	Coluna extensora 88,9 mm x 3000mm		R\$
9	60	UN	Coluna simples pedestre 88,9 mm x 6000mm galvanizada a fogo		R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10	40	UN	Coluna simples 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo		R\$
11	20	UN	Coluna dupla 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo		R\$
12	40	UN	Braço projetado 101,6mm x 4700mm galvanizada a fogo		R\$
13	15000	METRO	Cabo PP 4 x 1,5 mm, para ligação do grupo focal principal		R\$
14	5000	METRO	Cabo PP 2 x 2,5 mm, para ligação da controladora		R\$
15	5000	METRO	Cabo PP 2 x 1,5 mm para ligação da botoeira sonora		R\$
16	5000	METRO	Cabo PP 3 x 1,5 mm para ligação do grupo focal pedestre		R\$
17	150	UN	Armação rex com roldana		R\$
18	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Amarelo Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT		R\$
19	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Verde Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT		R\$
20	20	UN	Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Vermelho Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT		R\$
21	20	UN	Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Vermelho E Cronômetro Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT		R\$
22	20	UN	Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT		R\$
23	72	UN	Suporte "H "Para O Grupo Focal Principal Para Montagem No Suporte Basculante.		R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

24	60	UN	Abraçadeira suporte basculante 101,6 mm		R\$
25	60	UN	Abraçadeira/Suporte Simples 114,3 mm, Para Fixação De Grupo Focal Em Coluna		R\$
26	20	SER	Instalação de Kit de aterramento para controlador semafórico <p>serviço de Instalação</p>		R\$
27	72	SER	Instalação de Grupo focal principal a LED tipo "I" 3x200mm em alumínio com suporte e anteparo, conforme NBR 15889/2019. <p>serviço de instalação</p>		R\$
28	16	SER	Instalação de Grupo focal principal a LED em fibra de vidro ou alumínio com contador regressivo de tempo, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>		R\$
29	76	SER	Instalação de Grupo focal Repetidor com seta, com chave seletora em alumínio, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>		R\$
30	76	SER	Instalação de Grupo focal Repetidor a LED tipo I 3x200mm, em alumínio, conforme NBR 15889/2019. <p>Serviço de Instalação</p>		R\$
31	76	SER	Instalação de Grupo Focal em LED tipo "I" 2x200mm para Pedestre com Contagem Regressiva de Tempo, NBR 15889/2019. <p>serviço de Instalação</p>		R\$
			Instalação de Botoeira sonora Resolução nº 704		



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

32	24	SER	<p>serviço de Instalação</p>		R\$
33	30	SER	Instalação de Coluna extensora 88,9 mm x 3000mm <p>serviço de Instalação</p>		R\$
34	60	SER	Instalação de Coluna simples pedestre 88,9 mm x 6000mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>		R\$
35	40	SER	Instalação de Coluna simples 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo. <p>serviço de Instalação</p>		R\$
36	20	SER	Instalação de Coluna dupla 114,3 mm x 6000mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>		R\$
37	40	SER	Instalação de Braço projetado 101,6mm x 4700mm galvanizada a fogo <p>serviço de Instalação</p>		R\$
38	15000	SER	Instalação de Cabo PP 4 x 1,5 mm, para ligação do grupo focal principal <p>serviço de Instalação</p>		R\$
39	5000	SER	Instalação de Cabo PP 2 x 2,5 mm, para ligação da controladora <p>serviço de Instalação</p>		R\$
40	5000	SER	Instalação de Cabo PP 2 x 1,5 mm para ligação da botoeira sonora <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
41	5000	SER	Instalação de Cabo PP 3 x 1,5 mm para ligação do grupo focal pedestre <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$
42	150	SER	Instalação de Armação rex com roldana <p>serviço de Instalação</p>	R\$	R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

43	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Amarelo Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de instalação</p>	R\$	R\$
44	18698	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Verde Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>	
45	18699	20	SER	Instalação de Módulo Veicular A LED 200 mm Na Cor Vermelho Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT. <p>serviço de Instalação</p>	
46	18700	20	SER	Instalação de Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Vermelho E Cronômetro Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>	
47	18701	20	SER	Instalação de Módulo Para Grupo Focal De Pedestres Boneco Verde A LED Conforme NBR 15889/2019 Da ABNT <p>serviço de Instalação</p>	
48	18702	72	SER	Instalação de Suporte "H "Para O Grupo Focal Principal Para Montagem No Suporte Basculante. <p>serviço de Instalação</p>	
49	18703	60	SER	Instalação De Abraçadeira suporte basculante 101,6 mm <p>serviço de Instalação</p>	
50	18704	100	SER	Instalação de Abraçadeira/Suporte Simples 114,3 mm, Para Fixação de Grupo Focal em Coluna <p>serviço de Instalação</p>	



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios <https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/pesquisar>.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos da regulamentação municipal vigente.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial <https://guaiba.atende.net/>.

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA-E, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da regulamentação municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1. Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no sistema de almoxarifado e publicação do resumo no Diário Oficial dos Municípios-
<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/pesquisar>.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Sistema de Registro Cadastral, se houver, durante a vigência da presente ata.

9.1.5. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.7. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

9.1.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

9.1.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.24. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.26. Cumprir com o objeto conforme especificações deste edital (ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA) e em consonância com a proposta de preços.

9.1.27. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades.

9.1.28. Responsabilizar-se por todas as despesas referentes ao objeto deste contrato: mão de obra, locomoção, seguro de acidente, impostos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, e quaisquer outras que forem devidas, relativamente à execução dos serviços contratados.

9.1.29 Executar os serviços contratados com esmero e dentro da melhor técnica, responsabilizando-se por quaisquer erros, falhas ou imperfeições que por ventura decorram de imprudência, negligência e imperícia.

9.1.30. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

9.1.31. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

9.1.32. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência, imprudência, negligência, imperícia ou irregularidade cometida na prestação dos serviços.

9.1.33. Constatada qualquer irregularidade na prestação dos serviços, a empresa vencedora obrigar-se-á a reparar, corrigir, remover, reconstruir às suas expensas no total ou em parte, o objeto da presente licitação que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de cinco dias, sob de sujeitar-se à aplicação de multas sobre o total da proposta e as sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor.

9.1.34. A contratada para execução dos serviços se obriga a respeitar, rigorosamente, durante o período de vigência deste Contrato as normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente, devendo também observar os requisitos de qualidade, determinados pela Administração Municipal.

9.1.35 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela qualidade de todos os materiais contratados bem como pela boa execução e eficiência dos serviços que deverão ser desenvolvidos. Esta responsabilidade deve estender-se ao fornecimento de todos os materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, e ainda, ao cumprimento dos elementos técnicos



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços causados ao Município ou a terceiros.

9.1.36. A FISCALIZAÇÃO terá direito de inspecionar e verificar a qualquer tempo o andamento dos materiais e dos serviços e, para isso terá livre acesso ao local onde as atividades estarão sendo desenvolvidas.

9.1.37. As despesas com custos de alimentação, transporte, equipamentos, ferramentas, equipamentos de segurança, locação de equipamentos, transporte de funcionários e alojamentos, ficará sobre responsabilidade da CONTRATADA.

9.1.38. Para recebimento do pagamento referente à prestação dos serviços realizados, a Empresa vencedora deverá emitir a nota fiscal correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto licitado, serão realizados pelo servidor -----, matrícula nº -----, o qual, na qualidade de FISCAL, ficará responsável, não só pelo acompanhamento, controle e verificação de sua execução, como também pela liberação da documentação fiscal, conforme IN nº 001/2019 e demais legislações aplicáveis.

10.2. O Fiscal verificará, igualmente, o cumprimento dos termos contidos no presente instrumento, solicitando correção, quando não atendidos os termos do que foi previsto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes;

10.3. Qualquer fiscalização exercida pelo CONTRATANTE, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela fiscalização e perfeita execução do Contrato.

10.4. O Fiscal acompanhará e supervisionará o desenvolvimento dos serviços prestados pela empresa vencedora durante o período que vigorar o Contrato;

10.5. O Fiscal observará o cumprimento de horários e prazos no que tange ao planejamento, execução e avaliação dos serviços;

10.6. O Fiscal exigirá da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

10.7. O Fiscal sustará o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento.

10.8. O Fiscal transmitirá ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

10.9. O Fiscal poderá solicitar a abertura de Processo Administrativo Especial, nos termos deste instrumento, à empresa vencedora que descumprir as obrigações assumidas.

10.10. No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

11. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

11.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

11.2. emitir a solicitação e a ordem de compra no sistema <https://guaiba.atende.net/>, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

11.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

11.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

11.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema <https://guaiba.atende.net/> eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

11.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico <https://guaiba.atende.net/> , quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

12.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade do Município de Guaíba que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto na regulamentação municipal vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CADASTRO DE RESERVA

13.1. Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no Art. 82, VII da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Guaíba/RS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios- <https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/pesquisar>.

15.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal <https://guaiba.atende.net/> .

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Guaíba, ____ de _____ de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Cláudia Pelegrino Jardim

PREFEITA MUNICIPAL

FORNECEDOR